

HABEAS CORPUS Nº 531.703 - SP (2019/0266359-6)

RELATOR : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
EDUARDO CIACCIA RODRIGUES CALDAS - SP349334
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : GABRIEL ROBERTO DE OLIVEIRA CARVALHO DA SILVA
(PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, com pedido de liminar, impetrado em favor de **GABRIEL ROBERTO DE OLIVEIRA CARVALHO DA SILVA**, em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Colhe-se nos autos que o Juízo da Vara das Execuções Criminais da Comarca de Bauru - SP homologou a falta média cometida pelo apenado em 27/12/2018, cujo fato consistiu em atuar de modo inconveniente, ao manter corte de cabelo diverso do padrão estipulado pela unidade prisional (e-STJ, fls. 17-18).

Inconformada, a defesa interpôs agravo em execução perante o Tribunal de origem, que negou provimento ao recurso, nos termos da seguinte ementa (e-STJ, fl. 14):

"AGRAVO EM EXECUÇÃO - FALTA MÉDIA – Autoria devidamente comprovada. Incabível o reconhecimento da atipicidade, já que a conduta imputada ao reeducando infringiu ao regimento interno da unidade prisional, sendo reputada como falta disciplinar de natureza média. Decisão mantida. Agravo desprovido."

Neste *writ*, o impetrante aponta constrangimento ilegal, ao argumento de que a conduta imputada ao paciente seria atípica, porquanto "O corte de cabelo fora do padrão determinado por ordem de serviço emanada do diretor de determinado estabelecimento prisional não se amolda ao núcleo do tipo administrativo [previsto no art. 45, I, da SAP 144/10], que é atuar de maneira inconveniente" (e-STJ, fl. 7).

Acrescenta que, além de violar o princípio da taxatividade, "a Ordem de Serviço que determina a padronização do corte de cabelo é ilegal e, também, inconstitucional" (e-STJ, fl. 8).

Requer, por fim, a concessão da ordem, para que seja cassado o acórdão e afastada a falta disciplinar de natureza média aplicada em desfavor do paciente.

Liminar indeferida às fls. 36-37 (e-STJ).

Informações prestadas às fls. 42-44 e 50-57 (e-STJ).

O Ministério Público Federal opina pelo não conhecimento do *habeas corpus* (e-STJ, fls. 59-62).

É o relatório.

Decido.

Esta Corte e o Supremo Tribunal Federal pacificaram orientação no sentido de que não cabe *habeas corpus* substitutivo do recurso legalmente previsto para a hipótese, impondo-se o não conhecimento da impetração, salvo quando constatada a existência de flagrante ilegalidade no ato judicial impugnado.

No caso, não se identifica o manifesto constrangimento alegado pela defesa apto a justificar a concessão da ordem, de ofício.

Acerca da controvérsia, assim constou do acórdão impugnado (e-STJ, fls. 15-16):

"Portanto, não há como negar que o condenado, mesmo ciente das normas do Regimento Interno Padrão, fazia uso de corte de cabelo fora do padrão estabelecido pela unidade prisional, tendo cometido, assim, falta disciplinar prevista no artigo 45, inciso I, do Regimento Interno Padrão Resolução SAP 144, de 29/06/2010.

A prática da falta média foi bem reconhecida, não havendo se falar na pretendida absolvição pela atipicidade. Considerar a postura do reeducando como atípica seria, sem dúvida, negar vigência a texto expresso de lei, além de estimular os demais detentos a desrespeitar e desobedecer às determinações que lhes são legalmente impostas, o que geraria total instabilidade no ambiente carcerário.

E como bem argumentado pela Procuradoria de Justiça em seu parecer, 'Também não se pode alegar inconstitucionalidade ou ilegalidade do que está determinado no regulamento, eis que o comando não fere o direito à individualidade do detento, posto que não retira dele qualquer espectro de sua dignidade. Nota-se que a determinação exarada no regulamento nada prejudica sua aparência física (pelo contrário), de modo que não se pode alegar qualquer afetação a sua personalidade.' (fl. 33).

Com sua conduta o sentenciado demonstrou falta de senso de responsabilidade e de sujeição às normas, bem como não ter assimilado a terapêutica penal que se lhe impôs."

Conforme conclusão das instâncias ordinárias, a conduta do paciente, ao usar corte de cabelo fora do padrão estabelecido pela unidade prisional, consiste em falta média disciplinada no art. 45, I, do Regimento Interno Padrão – Resolução SAP 144/2010, *in verbis*:

"I – atuar de maneira inconveniente, faltando com os deveres de urbanidade frente às autoridades, aos funcionários e as presos."

Demais disso, a análise de que o fato praticado configura ou não infração disciplinar administrativa, seja de natureza leve, média ou grave, demanda o revolvimento do conteúdo fático-probatório dos autos, o que é inadmissível na via eleita.

Nesse sentido, confirmam-se:

"AGRAVO REGIMENTAL NO *HABEAS CORPUS*. EXECUÇÃO PENAL. PRÁTICA DE FALTA GRAVE. PLEITO DE AFASTAMENTO DA INFRAÇÃO. DESCABIMENTO.

DESCCLASSIFICAÇÃO PARA FALTA LEVE OU MÉDIA. NECESSIDADE DE REVOLVIMENTO DE FATOS E PROVAS. VIA INADEQUADA. PERDA DE 1/3 DOS DIAS REMIDOS. FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. PRECEDENTES. AGRAVO DESPROVIDO.

1. Não há ilegalidade a ser sanada no presente *writ*, pois a conduta praticada pelo Agravante na unidade prisional onde cumpre pena, tal como descrita pela Corte *a quo* (subversão da ordem e da disciplina, pois 'o sentenciado assumiu pertencer à organização criminosa, fazendo apologia ao PCC'), amolda-se à tipificada no art. 50, inciso I, c.c. o art. 52, ambos da Lei de Execução Penal.

2. Ademais, o reexame das questões consubstanciadas na alegação de não configuração da falta grave, ou na configuração de falta média ou leve, bem como na atipicidade material dos fatos, não se coaduna com a via estreita do *habeas corpus*, dada a necessidade, no caso, de incursão na seara fático-probatória, incabível nesta via.

[...]

5. Agravo regimental desprovido."

(AgRg no HC 465.680/SP, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, julgado em 28/03/2019, DJe 23/04/2019).

"PENAL. *HABEAS CORPUS* SUBSTITUTIVO DE RECURSO ESPECIAL. NÃO CABIMENTO. EXECUÇÃO PENAL. FALTA GRAVE. DESRESPEITO A AGENTE PENITENCIÁRIO. INFRAÇÃO DISCIPLINAR DE NATUREZA GRAVE. ART. 50, VI, C/C O ART. 39, II, DA LEP. **DESCCLASSIFICAÇÃO. AMPLO REEXAME DA MATÉRIA FÁTICO PROBATÓRIA. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA.** PERDA DOS DIAS REMIDOS. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. *HABEAS CORPUS* NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA, DE OFÍCIO.

I - A Terceira Seção desta Corte, seguindo entendimento firmado pela Primeira Turma do col. Supremo Tribunal Federal, sedimentou orientação no sentido de não admitir *habeas corpus* em substituição ao recurso adequado, situação que implica o não-conhecimento da impetração, ressalvados casos excepcionais em que, configurada flagrante ilegalidade apta a gerar constrangimento ilegal, seja possível a concessão da ordem de ofício.

II - No presente caso, o eg. Tribunal de origem, ao analisar as provas produzidas nos autos, entendeu que o paciente desrespeitou agente penitenciário, ao proferir insultos, o que caracteriza a falta grave tipificada no art. 50, VI, c/c o art. 39, II, ambos da LEP, não havendo que se falar na existência de flagrante ilegalidade no v. acórdão combatido. Precedentes.

III - **Rever o entendimento do eg. Tribunal a quo para afastar a falta grave imputada ao paciente, demandaria, necessariamente, amplo reexame da matéria fático probatória, procedimento incompatível com a estreita via do *habeas corpus*.**

[...]

Habeas Corpus não conhecido. Ordem concedida, de ofício, para determinar que o Juízo das Execuções faça nova análise acerca da perda dos dias remidos, de modo fundamentado, nos termos do art. 127 da LEP."

(HC 468.742/RS, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 23/10/2018, DJe 31/10/2018, grifou-se).

"AGRAVO REGIMENTAL EM *HABEAS CORPUS*. EXECUÇÃO PENAL. FALTA GRAVE. DESOBEDIÊNCIA AO AGENTE PENITENCIÁRIO. PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. NULIDADES. CERCEAMENTO DE DEFESA DECORRENTE DA AUSÊNCIA DE CITAÇÃO PESSOAL. OBSERVÂNCIA DA AMPLA DEFESA ATESTADA PELAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. FORMALIDADES LEGAIS E PRESENÇA DO DEFENSOR. AUDIÊNCIA DO SENTENCIADO EM JUÍZO. PRESCINDIBILIDADE. OITIVA REALIZADA NA SEARA ADMINISTRATIVA, ACOMPANHADA PELA DEFESA TÉCNICA. PREJUÍZO PROCESSUAL NÃO DEMONSTRADO. **ATIPICIDADE OU DESCLASSIFICAÇÃO DA CONDUTA. INVIABILIDADE. ADEQUAÇÃO TÍPICA. IMPOSSIBILIDADE DE REVOLVIMENTO DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO.** ILEGALIDADE FLAGRANTE NÃO EVIDENCIADA. DECISÃO MANTIDA. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. Não há falar em nulidade por contrariedade aos postulados do contraditório e da ampla defesa se as formalidades legais foram observadas, inclusive com a devida manifestação da defesa técnica do paciente durante o procedimento administrativo disciplinar.

2. Conforme a jurisprudência desta Corte Superior, é prescindível a nova oitiva do condenado, perante o Juízo, se já realizada, com a presença de defesa técnica, durante o procedimento administrativo que apurou a falta disciplinar.

3. A jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça possui entendimento de que a desobediência aos agentes penitenciários constitui falta grave, a teor do art. 50, VI, c/c o art. 39, II e V, ambos da Lei de Execuções Penais.

4. Não se coaduna com a via estreita do habeas corpus, por demandar a análise de fatos e provas, a análise da tese de não configuração de falta grave ou desclassificação para falta disciplinar de natureza média.

Precedentes.

5. Agravo regimental improvido."

(AgRg no HC 438.399/SP, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 21/08/2018, DJe 03/09/2018, com destaque).

Ante o exposto, **não conheço** do *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO RIBEIRO DANTAS

Relator